

3ºRTD-RJ-Reg. n.º 830027
 Emolumentos R\$ 83,21
 Distribuidor R\$ 10,49
 Mutua/Assoc. R\$ 7,60
 F.E.T.J. R\$ 18,73
 Total R\$ 120,03



TERMO ADITIVO / PR - 001/2005
 CONTRATO CT-PROINFA/PCH-003/2004
 CELEBRADO ENTRE CENTRAIS
 ELÉTRICAS BRASILEIRAS
 ELETROBRÁS E PORTO FRANCO
 ENERGÉTICA S.A. (PRODUTOR
 INDEPENDENTE AUTÔNOMO)

ARQUIVADO
 830027
 9FEV 2005
 830027

ARQUIVADO
 830027
 9FEV 2005
 830027

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS, doravante referida simplesmente **ELETROBRÁS**, sociedade anônima de economia mista constituída pela Lei n.º 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Presidente Vargas, n.º 409 - 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.001.180/0002-07, devidamente autorizada pela Res. n.º 184/04 de sua Diretoria Executiva e pela Deliberação n.º 038/04 de seu Conselho de Administração, em reuniões realizadas, respectivamente, em 31 de março de 2004 e em 12 de maio de 2004, neste ato representada por seus Presidente e Diretor, ao final nomeados e assinados, em conformidade com o que dispõe o inciso VII do artigo 34 de seu Estatuto Social; e **PORTO FRANCO ENERGÉTICA S.A.**, doravante denominado simplesmente **PRODUTOR**, empresa de geração de energia elétrica, com sede na Rua Jaime Pontes, n.º 178, sala 01 - Centro, na cidade de Dianópolis, Estado do Tocantins, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 06.091.966/0001-68 e no Cadastro Fiscal do Estado do Tocantins sob o n.º 29.375.712-7, aqui representada, nos termos de seu estatuto social, por seus Diretores, ao final nomeados e assinados;

CONSIDERANDO QUE :

I - A **ELETROBRÁS**, através da resolução RES-184/2004 da Diretoria Executiva, de 31 de março de 2004, e da Deliberação do Conselho de Administração DEL-038/2004, de 12 de maio de 2004, aprovou os modelos de contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCVE, a serem celebrados pela **ELETROBRÁS** com os participantes da 1ª Etapa do PROINFA;

II - Em 30 de junho de 2004, a **ELETROBRÁS** e o **PRODUTOR** firmaram o CONTRATO CT-PROINFA/PCH-003/2004, empreendimento PCH Porto Franco, posteriormente homologado pela Resolução de Diretoria Executiva - RES 009/2005, de 13 de janeiro de 2005;

III - O modelo deste termo aditivo foi aprovado pela Resolução de Diretoria Executiva - RES 978/2005, de 25 de outubro de 2005;



IV – A ELETROBRÁS está autorizada, pela Portaria do MME nº 452 de 28 de setembro de 2005, a promover a prorrogação do prazo de início de funcionamento das instalações de produção de energia elétrica para até 30 de dezembro de 2008, desde que observadas as características e peculiaridades de cada um dos contratos e sem prejuízo de outros ajustes e novas obrigações contratuais que a critério da ELETROBRÁS se fizerem necessários;



V – O PRODUTOR informou à ELETROBRÁS a nova DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL, através de proposta de cronograma para aditivo contratual, aprovada pela ELETROBRÁS e protocolada na ANEEL;

VI – A DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL deve ser a data prevista para o início de funcionamento da última unidade geradora;

As PARTES resolvem de comum acordo firmar o presente aditivo que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira :

As Cláusulas do CONTRATO, passam a vigorar com a seguinte redação:

I. **"CLÁUSULA 1ª – (...)**
19) **"DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL":** 31 de dezembro de 2007, informado pelo PRODUTOR; (...)"

II. **"CLÁUSULA 5ª – O presente CONTRATO vigorará a partir da data de sua assinatura, até 30 de dezembro de 2027, data esta calculada somando-se 20 (vinte) anos à DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL. (...)"**

III. **"CLÁUSULA 16 – (...)**

c)atraso na DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar da DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL; (...)

IV. **"CLÁUSULA 17 – (...)**

PARÁGRAFO TERCEIRO –Caso a diferença entre a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL e a DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL exceda 90 (noventa) dias, o PRODUTOR deverá pagar à ELETROBRÁS a partir do 91º dia, a título de multa, por cada dia de atraso, 1/275 (um duzentos e setenta e cinco avos) do valor anual do CONTRATO correspondente à ENERGIA CONTRATADA, definida na CLÁUSULA 8ª do CONTRATO, valorada pelo preço definido na CLÁUSULA 10, reajustado conforme estabelecido na CLÁUSULA



12. (...)

PARÁGRAFO QUINTO – Caso a diferença entre a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL e a DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL exceda (trezentos e sessenta e cinco) dias, além da multa prevista no PARÁGRAFO TERCEIRO desta CLÁUSULA, o PRODUTOR está sujeito à rescisão contratual e à penalidade prevista na CLÁUSULA 16, PARÁGRAFO QUINTO do CONTRATO CT-PROINFA/PCH-003/2004.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso o atraso da DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL em relação à DATA PLANEJADA DA OPERAÇÃO COMERCIAL for devido a condições impostas no PARECER DE ACESSO CONCLUSIVO, o PRODUTOR não se sujeitará à aplicação das penalidades descritas nos PARÁGRAFOS desta CLÁUSULA.

V. "CLÁUSULA 22"

b) assinar o CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO, com o ONS e/ou o CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO com a CONCESSIONÁRIA ou PERMISSIONÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO, respeitando os prazos definidos na CLÁUSULA 16, alínea "p"; (...)

Cláusula Segunda:

O PRODUTOR deverá apresentar em até 90 dias após a assinatura deste termo aditivo, os seguintes documentos integrantes dos anexos estabelecidos na CLÁUSULA 2ª do CONTRATO CT-PROINFA/PCH-003/2004:

a) Ato Autorizativo expedido pela ANEEL com o novo cronograma já anteriormente aprovado pela ELETROBRÁS e protocolado na ANEEL;

b) CUST e/ou CUSD com as devidas alterações com referência à DATA PLANEJADA DE OPERAÇÃO COMERCIAL da usina.

Cláusula Terceira:

A fim de garantir o pagamento da multa prevista no parágrafo terceiro da CLÁUSULA 17, o PRODUTOR vincula e cede em garantia, em favor da ELETROBRÁS, em caráter irrevogável e irretroatável, com validade até a DATA DE ENTRADA EM OPERAÇÃO COMERCIAL do empreendimento, no montante de 5% do valor total do CONTRATO, uma das seguintes garantias:

I – Fiança bancária, preferencialmente conforme "Modelo A" do Anexo I deste termo aditivo; caso seja utilizado modelo padronizado pelo Banco, nele deverão ser inseridas, preferencialmente, as condições e determinações constantes do "Modelo A", do Anexo I deste termo aditivo.



II – Seguro garantia, conforme a Circular SUSEP Nº 232, de 3 de junho de 2003, observadas as informações explicitadas no “Modelo B”, do Anexo I, deste termo aditivo.

Parágrafo Primeiro – O PRODUTOR deverá, no prazo de 180 dias, contados a partir da assinatura deste termo aditivo, prestar a garantia mencionada nos itens I ou II desta cláusula, sob pena de perda da eficácia deste termo aditivo.

Parágrafo Segundo – Se o empreendimento entrar em operação comercial na DATA PLANEJADA DE OPERAÇÃO COMERCIAL, a ELETROBRÁS liberará a totalidade da garantia real prevista no *caput* desta cláusula. Caso ocorra atraso, a Eletrobrás liberará apenas a parte não executada da garantia, de acordo com o PARÁGRAFO TERCEIRO DA CLÁUSULA 17.

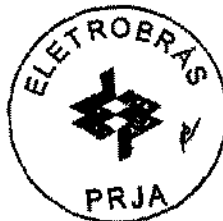
Cláusula Quarta:

É também parte integrante deste termo aditivo, constituindo um todo único e indissociável, a proposta de cronograma para aditivo contratual aprovada pela ELETROBRÁS.

Parágrafo primeiro - O não cumprimento dos itens previstos na proposta de cronograma para aditivo contratual acima mencionada resultará em notificação ao PRODUTOR.

Cláusula Quinta:

Ficam excluídos do CONTRATO o parágrafo sétimo da CLÁUSULA 17 e a CLÁUSULA 29, devendo ser feitas, se necessário, a respectiva correção na numeração do instrumento contratual.



Cláusula Sexta:

As partes, desde já, ratificam todos os termos e condições do contrato não expressamente modificados pelo presente termo aditivo ou que com ele conflitem. Este termo aditivo constitui parte integrante do CONTRATO para todos os fins de direito.

E por estarem justas e contratadas, lavrou-se o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, as quais, após lidas, conferidas e achadas em conformidade com todos os seus termos, são assinadas pelas PARTES, na presença de duas testemunhas devidamente identificadas.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2005

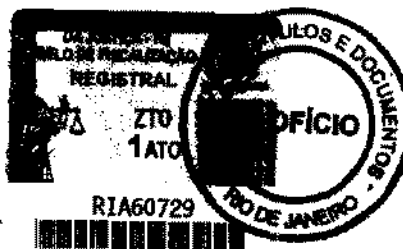
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRÁS


ALOISIO MARCOS VASCONCELOS NOVAIS
Presidente

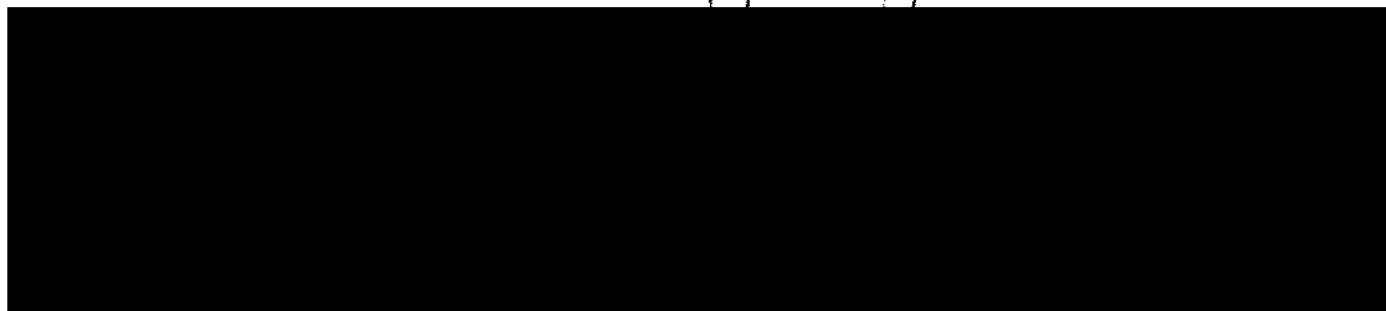

VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA
Diretor de Engenharia



PORTO FRANCO ENERGÉTICA S.A.

EDGARD CREMA
Diretor



TESTEMUNHAS



 3.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Rua da Quitanda, 52 / 3.º and. - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de Protocolo e data apostas mecanicamente. O QUE CERTIFICO	
<input type="checkbox"/> Bel. RAULITO ALVES DA SILVA	- Oficial Titular
<input type="checkbox"/> Miriam Saraiva Castelpoggi	- Escrevente Substituta
<input type="checkbox"/> Cristina M. L. Marques da Silva	- Escrevente Substituta
<input type="checkbox"/> Ricardo A. M. M. Artunes	- Escrevente Substituto



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

- 9FEV 2006 030027

ASSINADA EM PRESENCIA DO
CARTEIRO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ.

-CLEROS 830053

3º OFICIO DE NOTAS - EDVANDY MOURA DA SILVA CORDEIRO - TABELIA
Rua do Pôrto, 78 - RJ - Tel. (21) 2197-8488
Reconheço por semelhança as seguintes assinaturas:
Assinatura: EDVANDY MOURA DA SILVA CORDEIRO
Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2005.
Em testemunho da verdade,
Sandra Regina Rodrigues - Substituta
Escritor: Edvandy Moura da Silva Cordeiro
CPF: 011.401.140-01
RTP: 011.401.140-01
Total: 011.401.140-01



40 RCPN e Tabelionato da Capital - Tabela: Priscilla Machado Soares Milhomen
Rua do Catele, 174 - Catele - RJ
CEP: 22220-000 Tel.: 2556-5113
Reconheço por semelhança as firmas de: ALBISIO MARCOS VASCONCELOS NOVAIS e
VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, em documentos com valor econômico, dou fé.
Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2005.
Em Teste da verdade. [Assinatura] [201368442132700020235]

MIRIAM SILVA GOMES - Escritor Autorizada
Válido somente com selo de autenticidade: Qtd 2:R\$ 7,3

